

REUNI E OS IMPACTOS DA INTERIORIZAÇÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS NO PAÍS

REUNI AND THE IMPACTS OF THE INTERIORIZATION OF FEDERAL UNIVERSITIES
IN THE COUNTRY

REUNI Y LOS IMPACTOS DE LA INTERIORIZACIÓN DE LAS UNIVERSIDADES
FEDERALES EN EL PAÍS

Milene Martins¹

Marcelo Ricardo Pereira²

RESUMO: O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras (Reuni) trouxe diversos impactos com a interiorização da educação superior. Deste modo, o artigo almeja analisar os impactos objetivos e subjetivos dessa implantação. Os efeitos objetivos analisaram os impactos socioeconômicos nas instituições federais contempladas e seus respectivos municípios de pequeno e médio porte. Já os efeitos subjetivos consideraram os desdobramentos pessoais na vida de docentes inseridos através de concurso público motivado pelo Reuni. A metodologia utilizada é a de revisão integrativa e os resultados indicaram expansão estrutural significativa das instituições, com ampliação e consolidação da multicampia, crescimento na contratação de servidores técnicos e concurso para professores. Os impactos econômicos e sociais foram mais expressivos e geradores de mudanças nas cidades de pequeno porte. Para os professores evidenciou-se impactos disruptivos no processo de adaptação, permanência no local, aumento das atividades pedagógicas e precarização do trabalho docente.

1404

Palavras-chave: Interiorização da educação superior. Expansão universitária. Impactos socioeconômicos. Políticas públicas educacionais. Condições de trabalho docente.

ABSTRACT: The Support Program for Restructuring and Expansion Plans of Brazilian Federal Universities (Reuni) brought several impacts with the internalization of higher education. Thus, the article aims to analyze the objective and subjective impacts of this implementation. The objective effects analyzed the socioeconomic impacts on the federal institutions covered and their respective small and medium-sized municipalities. The subjective effects considered the personal consequences in the lives of teachers inserted through public selection processes motivated by Reuni. The methodology used is that of integrative review and the results indicated significant structural expansion of the institutions, with expansion and consolidation of multicampus, growth in the hiring of technical staff and selection processes for teachers. The economic and social impacts were more expressive and generated changes in small cities. For teachers, disruptive impacts were evident in the process of adaptation, permanence in the location, increase in pedagogical activities and precariousness of teaching work.

Keywords: Interiorization of higher education. University expansion. Socioeconomic impacts. Public educational policies. Teacher working conditions.

¹Doutoranda em Educação: conhecimento e Inclusão social (UFMG). Mestre em Educação (UFPI). Psicóloga. Professora Adjunta da Universidade Federal do Piauí (UFPI).

²Orientador. Pós-Doutor em Psicologia Escolar, Psicopatologia clínica e Psicanálise (USP; Aix-Marseille-França) e em Teoria Psicanalítica e Educação Social (UFRJ; UOC-Espanha). Doutor em Educação: Psicologia e Educação (USP; Paris 13). Mestre em Educação (UFMG). Psicólogo (PUC-Minas) e Psicanalista (EBP; EGP). Professor Titular de Psicologia, Psicanálise e Educação do Programa de Pós-Graduação e da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

RESUMEN: El Programa de Apoyo a los Planes de Reestructuración y Ampliación de las Universidades Federales Brasileñas (Reuni) trajo varios impactos con la internalización de la educación superior. Por lo tanto, el artículo tiene como objetivo analizar los impactos objetivos y subjetivos de esta implementación. Los efectos objetivos analizaron los impactos socioeconómicos en las instituciones federales cubiertas y sus respectivos municipios pequeños y medianos. Los efectos subjetivos consideraron la evolución personal en la vida de los docentes insertados a través de un concurso público motivado por Reuni. La metodología utilizada es la de una revisión integradora y los resultados indicaron una importante expansión estructural de las instituciones, con ampliación y consolidación de multicampia, crecimiento en la contratación de personal técnico y competencia por docentes. Los impactos económicos y sociales fueron más significativos y generaron cambios en las ciudades pequeñas. Para los docentes, los impactos disruptivos fueron evidentes en el proceso de adaptación, la permanencia en el puesto, el aumento de las actividades pedagógicas y la precariedad del trabajo docente.

Palabras clave: Internalización de la educación superior. Ampliación universitaria. Impactos socioeconómicos. Políticas públicas educativas. Condiciones de trabajo docente.

INTRODUÇÃO

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) foi criado no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), com continuidade no governo Dilma Rousseff (2011-2016), mas com direcionamentos das políticas para expansão da educação profissional e tecnológica. Os programas tinham o propósito de ampliar o acesso e a permanência na educação superior, profissional e tecnológica para os jovens de todas as regiões brasileiras.

O Reuni foi instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, com o objetivo de ampliar a educação superior pública, promover a reestruturação acadêmica curricular, a renovação pedagógica, a mobilidade intra e interinstitucional, o compromisso social da instituição, bem como desenvolver e aperfeiçoar os cursos de graduação (Brasil, 2007).

Antes da oficialização do programa, o Reuni começou a ser colocado em prática em 2003 com a interiorização dos campi³ das universidades federais. Com isso, o número de municípios atendidos pelas universidades passou de 114 em 2003 para 237 no final de 2011. Até 2013 foram criadas 14 novas universidades e mais de 100 novos campi que possibilitaram a ampliação de vagas e a instalação de novos cursos de graduação (Brasil, 2013).

Referente ao desenvolvimento do Reuni, destacamos que o processo de expansão da educação superior federal aconteceu em etapas e com objetivos específicos. Na primeira fase, iniciou-se com a interiorização do ensino, por meio da criação de novas universidades e a

³ Utiliza-se os termos em latim para designação das mesmas estruturas acadêmicas, sendo campus para o uso no singular e campi para designação no plural (BRASIL, 2015).

expansão de campi para regiões não metropolitanas, no período de 2003 a 2007, conforme detalhamos acima. Na segunda fase, ocorrida entre 2008 e 2012, a implementação do programa, com objetivo de reestruturar e expandir as Instituições de Ensino Superior (IFES). Na terceira fase, de 2012 a 2014, voltou-se para a conclusão das novas unidades e a implementação de políticas específicas de integração, de fixação e de desenvolvimento regional (Paula e Almeida, 2020).

Segundo Bizzeri (2018), outro objetivo do programa propunha atender os municípios populosos de baixa renda per capita, priorizando microrregiões não atendidas por instituições federais ou localizados no interior com mais de 50 mil habitantes. Neste sentido, as regiões do agreste e semiárido nordestino, recôncavo baiano e as regiões fronteiriças do sul do país que fazem divisa com os países na América do Sul, foram as mais contempladas com o processo de interiorização do Reuni.

Desse modo, a partir da contextualização da temática, elencamos as seguintes perguntas norteadoras: quais os impactos do Reuni nos municípios e nas instituições após a criação de campi universitários no interior do país? Quais foram os impactos subjetivos vivenciados pelos professores do magistério superior que escolheram fazer concurso para universidades no interior do Brasil?

Para responder as questões norteadoras utilizamos como estratégia metodológica uma revisão integrativa da literatura, que possibilitou fazer a discussão dos resultados encontrados.

INTERIORIZAÇÃO, REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS

A universidade pública é uma instituição imprescindível para o desenvolvimento de um país, pois tem a sociedade como referência, cumprindo um papel social de disseminação do conhecimento e transformação social e das regiões onde estão instaladas. Para Bizzeri (2018), a gestão democrática, a liberdade de pensamento e expressão conferem às universidades a condição para atuarem como consciência crítica da sociedade e dos governos.

No entanto, ao longo da história do nosso país, a educação superior mostrou-se elitista e centralizadora, voltada para pessoas com mais privilégios sociais e residentes nos grandes centros urbanos. No Brasil, as universidades tiveram um início tardio, quando comparado com os outros países da América Latina, pois as primeiras instituições só foram criadas com a

chegada da família real portuguesa em 1808. Eram instituições distribuídas em pontos geográficos isolados, concentrados em poucas capitais, como Salvador e Rio de Janeiro.

Dessa forma, a educação superior contribuiu para os desequilíbrios regionais, pois fomentou desigualdades tanto no aspecto geográfico, ao privilegiar regiões com investimentos e recursos públicos, quanto no aspecto social, ao restringir o acesso de classes sociais ou de grupos específicos da população.

Enquanto política pública, a educação superior deveria ser uma prioridade do Estado. No entanto, desde a fundação das primeiras universidades, cada governo tem formulado políticas públicas com o objetivo de atender aos seus próprios interesses. Desse modo, a educação é tratada como um projeto de governo, em vez de um compromisso duradouro do Estado.

Segundo Prediger *et al* (2019), as políticas públicas ao longo da história não tiveram interesse em diminuir as distorções geográficas, econômicas, sociais e culturais no acesso e na permanência dos alunos na educação superior. E durante décadas do século XX, a educação superior mostrou-se ainda incipiente frente às demandas sociais, com poucas ações para criação de universidades fora dos grandes centros urbanos ou capitais.

Com a implantação do Reuni, no início dos anos 2000, o governo federal procurou romper com essas desigualdades. A partir da decisão política de expandir e interiorizar o ensino público superior, o programa procurou atender à crescente busca por esse nível educacional. Também objetivou levar a educação superior pública e de qualidade para regiões onde ainda não havia instituições, bem como buscou descentralizar o conhecimento científico e ampliar a qualificação profissional (Carvalho, 2019).

Carvalho (2019), ao analisar o processo de reestruturação e expansão do Reuni numa universidade nordestina, parte do argumento que o objetivo primeiro do programa foi a “Reestruturação” e não a “Expansão”, por isso também a sigla RE (Reestruturação) UNI (Universidades), não mencionando nada sobre Expansão. Conforme o autor, essa lógica não é aleatória, mas incisiva, pois expressa a finalidade última do programa: a reestruturação da educação superior ofertada pelas universidades federais, significando que a expansão poderia acontecer, mas somente mediante a universidade reestruturada, em suas diferentes dimensões.

A interiorização geográfica do ensino superior, além de se mostrar como fator do desenvolvimento regional, também se apresentou como um processo necessário para acompanhar mudanças como o estrangulamento dos grandes centros, a necessidade de fixação

da população nas cidades menores e a demanda por serviços como saúde e educação (IPEA, 2024).

Ainda de acordo com o IPEA (2024), a preocupação em interiorizar o acesso ao ensino superior se mantém no discurso oficial presente no PNE vigente (2014-2024). Isso evidencia a vinculação da política de educação superior com as alternativas de desenvolvimento local e regional. Essa política de investimentos na educação superior foi retomada em 2023, no terceiro governo Lula, com o novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC).

Atualmente o Brasil apresenta a estrutura de 69 universidades federais e 314 campi. Com o acréscimo dos Institutos Federais, o total é de 705 campi. Em 2025 está prevista a criação de 10 novos campi e a melhoria da infraestrutura de 31 hospitais universitários, com a criação de oito novos hospitais. Em relação aos Institutos Federais, o governo anunciou 100 novos campi, com cursos técnicos integrados ao ensino médio (Brasil, 2024).

Os objetivos principais do Reuni eram ampliar o acesso e promover a inclusão social através do aumento do número de vagas nos cursos de graduação das universidades federais. Houve a prioridade da oferta no período noturno e em campi localizados no interior do país. Com isso, buscou-se incluir mais estudantes de diferentes regiões e origens socioeconômicas. Outro objetivo era a redução da evasão e aumento da taxa de conclusão, com a meta de elevar a taxa de conclusão dos cursos de graduação para, no mínimo, 90% do total de vagas oferecidas. Para isso, foram criados programas de apoio acadêmico e iniciativas para promover a permanência dos estudantes (BRASIL, 2007).

Simultaneamente, o governo federal também implementou ações direcionadas à expansão da educação superior privada, oferecendo incentivos fiscais e benefícios financeiros às instituições que se alinhassem aos programas federais de apoio e desenvolvimento, com o objetivo de ampliar o acesso e a diversidade de oferta educacional no país.

As mudanças da interiorização, reestruturação e expansão da educação superior nas instituições federais e os incentivos fiscais para criação e ampliação das instituições privadas de ensino superior afetaram significativamente a vida dos professores universitários. Para Feitosa (2019), as decisões econômicas, políticas e sociais dos governos brasileiros de políticas neoliberais de mercantilização da educação contribuíram para intensificação das demandas do trabalho docente. Nesse sentido, a precarização das condições laborais nas instituições públicas e privadas colaboraram no aumento do sofrimento e adoecimento psíquico desses profissionais.

MÉTODO

Para esse trabalho foi realizado uma revisão integrativa (Creswell, 2009): a partir de um levantamento bibliográfico de artigos indexados no portal de Periódicos Capes e de teses e dissertações no Catálogo Capes. O propósito foi mapear as produções acadêmicas publicadas entre 2014 e 2024, tendo como referência os descritores: Educação Superior, Reuni, Impactos sociais e econômicos, Interiorização, Professores universitários.

Foram selecionados 10 artigos científicos e duas teses de doutorado para compor a análise integrativa dos dados. Após a leitura dos resumos foi elaborado um quadro comparativo contendo ano de publicação, título, autores, periódico, resumo e palavras-chave. Em seguida, foram elencadas duas categorias de análise. A primeira foi organizada com os impactos sociais, econômicos e acadêmicos do Reuni na instituição e na comunidade. A segunda buscou analisar os impactos na vida dos professores do magistério superior. A análise possibilitou fazer a discussão dos resultados encontrados.

IMPACTOS SOCIAIS, ECONÔMICOS E ACADÊMICOS DO REUNO NA INSTITUIÇÃO E NA COMUNIDADE

Para a análise dos artigos selecionados e tendo como mote de investigação a primeira pergunta norteadora do estudo, foram selecionados sete artigos publicados no período entre 2017 e 2020 (Rhoden e Rhoden, 2017; Bezerra, 2018; Moura e Passos, 2019; Guimeiro, 2019; Barbosa, Petteirini e Ferreira, 2020; Paula, Martin e Abrantes, 2020; Paula e Almeida, 2020) e uma tese de doutorado (Carvalho, 2019). O objetivo foi mapear os impactos do Reuni nas universidades e nos municípios de pequeno e de médio porte que receberam campus das instituições federais.

Alguns estudos realizaram uma análise mais geral dos impactos do Reuni no processo de interiorização do programa, como a pesquisa de Rhoden e Rhoden (2017) e Bezerra (2018). Para Rhoden e Rhoden (2017) a interiorização foi uma oportunidade de crescimento para as regiões onde as novas universidades foram criadas, pois houve a promoção e o desenvolvimento econômico e social, além da inserção da possibilidade de estudo universitário para estudantes que moravam em cidades de pequeno e médio porte, longe dos grandes centros.

Bezerra (2018) ampliou a discussão ao analisar que os impactos podem ser qualificados a curto, a médio e a longo prazo. Ao receber um novo campus, houve um aporte financeiro para construção da infraestrutura universitária, contratação de técnicos administrativos e concurso

para novos professores. Da mesma forma, houve um incremento na economia local causado pela vinda de professores e estudantes de outras regiões. Já os efeitos a médio e a longo prazo foram relacionados com a empregabilidade dos egressos, os impactos da qualificação e da inovação na economia e o consequente desenvolvimento cultural do município.

Outros impactos foram associados ao desenvolvimento humano e à disseminação da cultura universitária, que agrega valores como democracia, liberdade, responsabilidade social, pensamento científico e crítico, o que contribui para fomentar a diversidade política, social e cultural através de projetos de extensão da universidade, sendo uma das funções sociais do ensino superior (Bizerri, 2018).

Barbosa, Petterini e Ferreira (2020) realizaram uma investigação sobre os impactos iniciais da política de expansão das universidades federais nas economias municipais. Os resultados indicaram que a expansão da rede federal elevou a renda per capita dos municípios beneficiados entre 3,5% e 5,8%, gerados como impulso inicial sobre o nível de demanda local, fruto dos gastos envolvidos na implantação e no funcionamento. Contudo, não houve ganho adicional relacionado ao tempo de implantação dos campi, indicando uma possível dificuldade em gerar saltos de produtividade normalmente esperados com a implantação dessas estruturas.

O estudo realizado por Barbosa, Petterini e Ferreira (2020) indicaram que os municípios menores tiveram impactos mais significativos no seu desenvolvimento com a implantação de um campus universitário. A presença de um campus influencia no desenvolvimento local e regional ao proporcionar oportunidades de empregos e investimentos em infraestrutura.

1410

No entanto, observou-se que há uma variação da população residente e flutuante ao longo do ano, havendo uma sazonalidade no número de habitantes, interferindo na economia regional, com incrementos de consumo no período letivo das universidades e diminuição da arrecadação no período de férias. Assim, as cidades menores sentiram tanto o aumento de arrecadação e repasses governamentais, mas também dificuldades em períodos que os discentes retornam para suas cidades de origem.

Moura e Passos (2019) buscaram investigar se o objetivo de elevar a Taxa de Conclusão dos Cursos (TCG) de graduação presenciais para 90%, uma das metas do Reuni, foi alcançado nas IFES que aderiram ao programa. Os resultados indicaram que o TCG já era alcançado em algumas universidades e que as universidades que apresentavam dificuldades de elevação do TCG continuaram abaixo de esperado.

Carvalho (2019) reforça o argumento, pois o governo federal também não explicitou os parâmetros de escolha dos municípios para a instalação do campus, bem como os cursos a serem ofertados, deixando a critério de cada universidade. A falta de critérios para implantação dos campi e as limitações do diagnóstico dos problemas das IFES não foram consideradas pelos formuladores da política quando traçaram as metas. Não houve direcionamento específicos para as instituições com mais fragilidades institucionais, operacionais ou pedagógicas.

Paula e Almeida (2020) procuraram fazer a relação entre o programa de reestruturação e expansão (Reuni) e a análise dos indicadores de desempenho das IFES. Os resultados demonstraram melhorias no nível de envolvimento na Pós-graduação e na qualificação do corpo docente. Mas também indicaram a elevação dos gastos para manter as novas e reformadas estruturas universitárias. Esses investimentos e melhorias refletiram no aumento do conceito médio dos cursos de pós-graduação avaliados pela Capes, mas resultado semelhante não ocorreu na graduação. O estudo indicou que os professores de maior titulação tiveram maior interesse em realizar ações na criação ou ampliação dos programas de pós-graduação e dificuldade para desenvolver o tripé da formação acadêmica com ensino, pesquisa e extensão na graduação.

Já a pesquisa realizada por Guimeiro (2019), realizou um balanço da expansão do Reuni numa universidade no centro-oeste brasileiro, avaliando se houve desconcentração das universidades federais públicas das metrópoles para o interior do Brasil. O estudo indicou que o modelo de centralização anteriormente percebido nas pesquisas persistiu, pois cursos de excelência continuaram restritos às universidades federais na região sudeste do país. Revelou também diferenças significativas nos valores médios referentes aos indicadores: titulação dos docentes, expansão do acervo bibliográfico, qualidade da graduação e qualidade da pós-graduação nos referidos períodos.

Apesar de objetivos claros, do interesse político e da liberação de verbas para a implantação e desenvolvimento do Reuni, o que se verificou na prática foram debates acalorados e muitas críticas, tanto por parte de setores da comunidade acadêmica quanto de especialistas em educação. As críticas variavam desde a implementação rápida do programa até o impacto na qualidade do ensino, bem como as consequências para a autonomia universitária (Carvalho, 2019).

As universidades apressadamente precisaram aderir ao programa e não tiveram planejamento logístico e, talvez nem interesse, em atender às demandas tão específicas dos

campi do interior. E os problemas chegaram junto com a criação dos locais, desde a infraestrutura física até na acolhida aos novos professores (Carvalho, 2019)

No tocante à criação de novos cursos e à qualidade de ensino ofertada, Rodrigues (2018) concluiu que na IFES do interior há muitas licenciaturas, já que esses cursos são, numa concepção brasileira, os mais baratos em termos de implantação e manutenção. Da mesma forma as licenciaturas atendem a uma demanda reprimida de professores para municípios e estados. Paula e Almeida (2020) reforçam o ponto de vista, indicando que a necessidade de abrir novas vagas rapidamente, levaram algumas universidades a instalarem cursos que ofereciam currículos mais simplificados e menos robustos academicamente.

Carvalho (2019, p. 268) aponta que as metas de expansão e reestruturação das universidades foram alcançadas e que “a universidade ficou mais vigorosa e inclusiva, ao mesmo tempo, ficou mais alinhada com os setores produtivos e de serviços regionais”. Houve uma expansão estrutural significativa, com ampliação e consolidação da multicampia, laboratórios equipados, salas de aulas climatizadas, internet, auditórios, centro de convenções. Entretanto, o autor também destaca as contradições vivenciadas pelas universidades, tornando-as mais frábil do ponto de vista do conhecimento e de sua autonomia pedagógica e didático-científica.

IMPACTOS NA VIDA DOS PROFESSORES DO MAGISTÉRIO SUPERIOR

Referente à segunda pergunta norteadora desse estudo, elencamos três artigos (Silva e Mancebo, 2014; Pizzio e Klein, 2015; Rodrigues, 2018) e uma tese de doutorado (Feitosa, 2019) que focalizaram nas pesquisas voltadas à pessoa do docente e aos impactos na trajetória acadêmica e profissional. Foram analisados também pontos como a qualidade de vida no trabalho, os processos de precarização da profissão e as questões subjetivas vinculadas à adaptação ao lugar e ao trabalho.

O objeto de estudo das pesquisas selecionadas para essa análise são professores do magistério superior, isto é, os servidores federais que exercem a função de docentes em instituições federais de ensino. De acordo com Rhoden e Rhoden (2017), as oportunidades de trabalho advindas da criação das novas universidades, despertaram o interesse de profissionais que não tinham experiência docente, mas que a partir da formação *stricto sensu* visualizaram a possibilidade de ingresso efetivo na carreira do magistério superior e no serviço público federal.

Silva e Mancebo (2014), ao estudarem a subjetividade docente no processo de expansão de uma universidade federal fluminense, indicaram que os professores que participaram do programa de criação, interiorização ou expansão tiveram diferentes percepções sobre as mudanças ocorridas nas suas vidas. Evidenciou-se um conjunto de contradições entre prazer e sofrimento com o trabalho, nos potenciais patogênicos e/ou sublimatórios da relação com a atividade docente e com os pares.

No contexto vivencial os professores oscilaram entre engajamentos na comunidade por meio de projetos de extensão voltados para o interesse da coletividade. Desenvolveram pesquisas de cunho social e comunitário e muitos tiveram participação na gestão municipal e efetivo envolvimento nos eventos sociais da cidade. No entanto, o estudo também evidenciou adoecimentos e frustrações diante das dificuldades vivenciadas no cotidiano acadêmico (Silva e Mancebo, 2014).

A pesquisa realizada por Pizzio e Klein (2015), sobre os impactos na Qualidade de Vida no Trabalho (QVT)⁴ dos docentes da Universidade Federal do Tocantins, após a implantação do Reuni, evidenciaram que quanto maior a integração do projeto de vida do docente à instituição, maior é a QVT, mesmo em condições de trabalho desfavoráveis. Por outro lado, quanto maior for o distanciamento do projeto pessoal/coletivo dos objetivos institucionais, menor se torna a QVT.

1413

Outros fatores vinculados às questões relacionais, indicaram que o estabelecimento de vínculos com o lugar, com os pares e com comunidade que a instituição está inserida tem implicação direta na QVT dos docentes. Da mesma forma, a adoção de políticas institucionais de promoção e suporte à fixação dos docentes contribuíram decisivamente para redução de seus adoecimentos físicos e psíquicos (Pizzio e Klein, 2015).

O estudo de Rodrigues (2018), a partir de um relato de experiência, buscou analisar os elementos subjetivos de ser professor universitário, principalmente nos campi do interior e longe da capital. O objetivo do trabalho foi refletir sobre as situações que influenciam na vida do professor universitário em um campus pequeno, público e interiorano, bem como as repercussões da chegada dos docentes e discentes para comunidade local.

⁴ A escala de Avaliação da Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) é um teste psicológico publicado pela Editora Vetor e tem como objetivo avaliar a qualidade de vida no trabalho relacionada à necessidade de humanizar o ambiente laboral, levando em consideração fatores pessoais associados aos processos produtivos.

O trabalho indicou que os professores, na sua maioria, vieram de outros estados, principalmente das regiões sul e sudeste para as regiões norte, nordeste e centro-oeste. Isso evidencia um processo de migração inversa, saindo dos grandes centros para o interior, gerando impactos no pertencimento e sentimentos de ser “forasteiros em terras alheias” (Rodrigues, 2018, p. 7).

Segundo o autor, no papel de forasteiros, os professores entram em choque com a cultura local, identificada como uma mentalidade interiorana. Nesse tipo de relação social, a comunidade local estabelece vínculos com os sujeitos de outros lugares de forma mais lenta, havendo um movimento maior de desconfiança, inverso ao de aproximação. Esses elementos podem gerar estranhamentos emocionais, aumentando também o comportamento de desconfiança do recém-chegado, ou promovendo reações de queixa e crítica a tudo que faz parte da realidade local.

Da mesma forma, como um dos objetivos era descentralizar o ensino superior, muitas unidades de ensino foram instaladas em regiões que não tinham infraestrutura básica para suportar a criação de uma universidade. Isso inclui questões como transporte, moradia estudantil e serviços básicos, criando dificuldades para alunos e professores. Para Rodrigues (2018), a criação de novos campi em locais distantes do campus principal, geraram dificuldades de logística e de integração entre as unidades, resultando em problemas administrativos e acadêmicos para coordenar as atividades e os recursos.

1414

Na contemporaneidade, os diferentes deslocamentos dos professores podem ser caracterizados como “novos movimentos migratórios brasileiros”, isto é, trabalhadores que fazem o processo migratório invertido, saindo dos grandes centros urbanos para o interior do país, na busca de melhor ocupação e renda pela via da mudança de cidade e qualificação, impactando em suas condições de vida (Pacífico Filho et al, 2021).

Os estudos também salientam que a concentração dos cursos de pós-graduação nas regiões sudeste e sul também impactaram na vida dos professores de diferentes formas. Primeiro, no deslocamento das suas regiões para fazer a pós-graduação, nas universidades localizadas nos estados com maior número de cursos, vagas, bolsas e prestígio científico, geralmente nas universidades das regiões sudeste e sul. E posteriormente, no deslocamento desses doutores para outras regiões, como no norte, nordeste e extremo sul do país, para realizar concursos para professores, pois os grandes centros não disponibilizavam vagas para os recém doutores.

No tocante aos impactos do Reuni na atividade docente dos professores, Feitosa (2019), em sua tese de doutorado, analisou as condições de trabalho dos professores do magistério superior de uma universidade federal nordestina, após a implantação do Reuni. A análise demonstrou que os docentes foram levados a assumir mais atividades, a participar e a realizar mais eventos e foram chamados a estar presentes cada vez mais em conselhos e comissões, aumentando a pressão por produtividade de publicações e trabalho.

O estudo constatou a intensificação do trabalho como elemento subjetivo gerador de tensão e intensidade, ou seja, aquilo que causa tensão, expectativa e desencanto. Esses conceitos apareceram como expressões concretas do novo momento vivido pelos professores na instituição estudada e vivenciado também em outras IFES (Feitosa, 2019).

Os estudos abordaram os impactos subjetivos das diferentes mudanças estruturais, curriculares e relacionais vivenciadas pelos docentes. Uma das críticas mais recorrentes nos estudos selecionados foi a sobrecarga de trabalho dos docentes. O aumento no número de estudantes não foi acompanhado, em muitas instituições, pela contratação proporcional de novos professores e técnicos administrativos.

Também ficou evidenciado que as contratações não seguiram a mesma rapidez da criação dos cursos, e os primeiros professores dos novos campi tiveram um aumento de trabalho, com número maior de turmas e disciplinas. Nesse contexto, passaram a acumular mais responsabilidades e a enfrentar uma pressão maior para atender à crescente demanda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Reuni, após 20 anos desde sua implantação, ainda é um programa que não gera consenso, seja na sua política educacional, seja sobre seus objetivos. Essas disparidades são percebidas na demonstração de suas metas e nos resultados acadêmicos, sociais e econômicos. A falta de pesquisas mais abrangentes, longitudinais e comparativas sobre o Reuni não contribuiu para uma avaliação mais crítica do programa.

É importante reconhecer que o programa promoveu acesso à educação para muitos jovens, na medida em que se propôs a investir recursos públicos para expandir a oferta de educação superior nas universidades federais. No entanto, problemas no planejamento e execução do Reuni podem ter prejudicado seus resultados a médio e longo prazo.

Os estudos evidenciaram aumento dos indicadores da universidade, como oferta de cursos de graduação, aumento de vagas e melhoria nos indicadores de desempenho das

instituições. Entretanto, constatou-se aumento nos custos operacionais nas IFES, com construção e manutenção da infraestrutura.

Os estudos evidenciaram que as cidades menores apresentaram impactos mais significativos, pois os investimentos governamentais estimularam a economia local na fase de construção dos campi. Houve também aumento na circulação de novos moradores, no entanto, constatou-se uma sazonalidade na economia, onde os municípios ficaram dependentes do calendário da universidade.

A expansão das universidades não foi acompanhada de melhorias das condições de trabalho dos docentes, os problemas já existentes nas IFES se agravaram com o Reuni. A infraestrutura inadequada, as longas jornadas, as más condições de trabalho e a falta de número suficiente de professores são apenas alguns dos pontos destacados. A falta de um acompanhamento sistêmico dos professores aos novos lugares, afetou diretamente na qualidade de vida no trabalho.

No tocante ao processo de adaptação dos docentes, as pequenas cidades apresentaram inicialmente dificuldade de atender às demandas imediatas dos novos moradores, como o número reduzido de residências para aluguel, falta de transporte público ou oferta do serviço com baixa qualidade.

Os problemas estruturais do país, como estradas de má qualidade, ausência de aeroportos próximos e a dificuldade de mobilidade de ônibus interestaduais ou estaduais impactaram os docentes. O sentimento de isolamento vivenciados pelos professores, que precisavam de muitas horas ou dias para se deslocar para suas cidades de origem, repercutiram no estranhamento com o lugar e o desejo de ir embora.

A falta de espaços de lazer e as diferenças culturais também geraram estranhamentos subjetivos, com consequência no aumento do sentimento de “forasteiro”, pois os professores interagem diretamente com os locais a partir de sua própria cultura, da vivência com as representações que tem das cidades que já moraram e dos pensamentos acerca do que seria uma universidade.

As questões estruturais, econômicas, sociais e culturais das cidades que as universidades estão localizadas, bem como as dificuldades de logística das regiões distantes dos grandes centros, ainda afetam o cenário universitário brasileiro. Nesse contexto, os professores são sujeitos a constante movimento migratório, saindo das suas cidades para fazer a formação

stricto sensu em outras regiões do país. Posteriormente, realizam nova migração para realizar o concurso e trabalhar em universidades no interior.

Esses processos geraram conflitos psíquicos de perda do sentimento de pertencimento às suas origens e de dificuldade de estabelecer vínculo com o novo lugar. É um sujeito que se sente forasteiro e tal sentimento pode repercutir no engajamento com a profissão, dificultando a formação de vínculos com os pares, com a instituição e a comunidade.

Compreendemos que as políticas públicas para educação superior não contemplaram ações para promoção da qualidade de vida e saúde mental dos professores. Da mesma forma, muitas instituições não desenvolveram ações de acolhimento, integração e desenvolvimento profissional dos seus professores.

REFERÊNCIAS

BIZERRIL, Marcelo. A interiorização das Universidades Federais foi um acerto estratégico para o Brasil. UnB Notícias. Opinião. 24/10/2018. Disponível em <https://noticias.unb.br/artigos-main/2580-a-interiorizacao-das-universidades-federais-foi-um-acerto-estrategico-para-o-brasil>. Acesso em 08 fev.2025.

BRASIL. Agência Gov. Notícias. 10/06/2024. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202406/governo-federal-investira-r-5-5-bilhoes-em-universidades>. Acesso em 10 fev. 2025.

1417

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm

BRASIL. Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. Ministério da Educação e Cultura. Brasília, 2013. Disponível em: <http://reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni>. Acessado em: maio 2022.

BRASIL. Reuni. Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. Diretrizes Gerais. Agosto 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>

CARVALHO, Geraldo do Nascimento. Programas de expansão e reestruturação das Universidades Federais: uma análise da UFPI no período de 2003 a 2016. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Uberlândia (recurso eletrônico) 2019. Disponível em <http://doi.org/10.14393/ufu.te.2020.3902>

FEITOSA, Maria da Penha. As universidades federais brasileiras e o movimento de intensificação do trabalho docente: um estudo sobre a UFPI. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Uberlândia. (recurso eletrônico), 2019. Disponível em <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.te.2019.2435>

GUMIERO, Rafael Gonçalves. Avaliação da Expansão do REUNI UFGD no Mato Grosso do Sul. Interações (Campo Grande) [online]. 2019, v. 20, n. 4, pp. 989-1003. Acesso 17 Set. 2022

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Assessoria técnica a municípios e a PNDU: potencial de formação de uma rede de assessoria com instituições de ensino superior. Brasília, DF: Ipea, 2024. 57p. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/13900/4/Assessoria_tecnica_municipio_PNDU.pdf. Acesso em 25 ago. 2024.

MOURA, Mara Águida Porfírio; PASSOS, Guiomar de Oliveira. A taxa de conclusão de curso da graduação nas universidades federais antes e depois do REUNI: as vicissitudes da implementação da política. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas) [online]. 2019, v. 24, n. 02, pp. 513-525. Acessado 17 set. 2022.

PACÍFICO FILHO, Miguel; BORGES, Thelma. Pontes; CANÇADO, Airton Cardoso. Migrações internas no Brasil: dos centros de formação para a pesquisa à Amazônia Legal - os professores da Universidade Federal do Tocantins. Boletim de Geografia, v. 38, n. 3, p. 1-18, 24 mar. 2021. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/BolGeogr/article/view/43911>. Acessado em 20 out 2022.

PAULA, Camila Henriques de e ALMEIDA, Fernanda Maria de. O programa Reuni e o desempenho das Ifes brasileiras. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação [online]. 2020, v. 28, n. 109. Acessado 7 Mai. 2022, pp. 1054-1075.

PIZZIO, Alex; KLEIN, Karla. Qualidade de vida no trabalho e adoecimento no cotidiano de docentes do Ensino Superior. Educação & Sociedade [online]. 2015, v. 36, n. 131, pp. 493-513. Acesso 17 Set. 2022.

RHODEN, V.; RHODEN, J. L. M. O perfil do professor e a política de formação continuada dos docentes da UNIPAMPA. Revista Contexto & Educação, v. 32, n. 103, p. 29-54, 2017. Disponível em: <https://revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/6551>. Acesso em: 7 jun. 2022.

RODRIGUES, W. Observações sobre a vida acadêmica de professores universitários no interior do Brasil. Revista Didática Sistêmica, [S. l.], v. 20, n. 1, p. 3-14, 2018. DOI: 10.14295/rds.v20i1.7285. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/redis/article/view/7285>. Acesso em: 6 maio. 2022.

SILVA, Eduardo Pinto; MANCEBO, Deise. Subjetividade docente na expansão da UFF: criação, refração e adoecimento. Fractal: Revista de Psicologia [online]. 2014, v. 26, n. 2, pp. 479-492. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1984-0292/1272>>. Acesso 16 Mai. 2022.